CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31/12/2024

1. Contexto Operacional

O Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia (CRCRO), é dotado de personalidade jurídica e forma federativa e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidas no Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, aprovada por meio da Resolução CFC n.º 1.616/2021 e tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CRCRO n.º 186/2003 e alterações.

Os Conselhos de Contabilidade, por delegação, prestam serviços públicos e tem como principais atividades o registro e expedição da carteira profissional, a fiscalização do exercício profissional, a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional, regular acerca da aplicação do exame de suficiência e do cadastro de qualificação técnica, bem como a aplicação dos programas de educação continuada.

Estas e outras informações relevantes a respeito do Conselho relacionadas as suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no endereço eletrônico: https://CRCRO.org.br/.

2. Base de Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis e das práticas contábeis: Exercício 2024

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a Resolução CFC n.º 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, a IN/VPCI nº 03/2024, que Dispõe sobre os procedimentos para o encerramento do exercício e elaboração do processo de Prestação de Contas pelos Conselhos de Contabilidade que integram o Sistema CFC/CRCs e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de contabilidade (SPW), e tiveram como escopo as informações contábeis extraídas das bases que integram com o sistema de contabilidade.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, são:

I. Balanço Patrimonial (BP);
II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
III. Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC);
IV. Balanço Orçamentário (BO);
V. Balanço Financeiro (BF);
VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
VII. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e demonstra a posição dos ativos e passivos por meio de contas representativas do patrimônio público, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido), bem como os atos potenciais por ele gerido.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

O Balanço Financeiro evidencia os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

Por sua vez, as notas explicativas têm a finalidade de destacar e interpretar os detalhes de informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Além disso, a fim de atender à Lei n.º 4.320/1964, apresentam-se no Balanço Patrimonial os valores dos grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial. Cabe ressaltar que a diferença entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro resulta no valor do superávit financeiro.

3. Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, o Conselho Regional fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI n.º 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota-parte, com base na perda esperada, cujo detalhamento está mencionado na nota explicativa n.º 02.

b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Os valores evidenciados no imobilizado são resultantes da avaliação dos bens ocorrido no ano de 2010, com a finalidade de implementação do novo modelo previsto no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs. Ressalta-se que no exercício de 2024 não ocorreram reavaliações.

Depreciação – A determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2010, foi definida com base em laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2011, a vida útil foi definida pela Câmara de Controle Interno, por meio da Instrução de Trabalho n.º 4/2012, elaborada com base na IN da Secretaria da Receita Federal (SRF) n.º 162/1998.

c) Provisões de Curto Prazo - No passivo circulante são evidenciadas também as provisões para o pagamento anual do 13º salário e para as férias e seus encargos.

d) Provisões Contingências – As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível.

e) Restos a pagar – Considerando que os orçamentos e os recursos dos Conselhos que integram o Sistema CFC/CRCs, não estão vinculados ao orçamento do Governo Federal, e que não há transferências de recursos a título de subsídio ou outros afins para os Conselhos, ficou regulamentado no âmbito do Sistema CFC/CRCs de que o controle dos restos a pagar deverá ser aplicado para os Restos a Pagar Processado.

f) Contas de Compensação – Ressalta-se que os créditos disponíveis decorrentes de contratos firmados e não executados dentro do exercício, são incluídos no orçamento do exercício subsequente, para o reconhecimento da despesa no exercício em que efetivamente ocorrer a liquidação da despesa, cujo procedimento não causa prejuízo a administração e não compromete a apuração do resultado orçamentário, em decorrência da ausência da liquidação da despesa como restos a pagar efetivamente processado.

4. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional das operações do Conselho, tendo em vista o disposto no item 5, alínea "a", da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995.

Neste documento, optou-se por suprimir os centavos, simplificando a apresentação dos dados apresentados nas notas.

5. Principais Critérios e Políticas Contábeis

Nos tópicos a seguir serão apresentadas as principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.

A seguir apresenta-se a composição destas notas

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

NOTA 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são recursos administrados pelo Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia, para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A movimentação desses recursos está em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Quadro 1: Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	2024	2023
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Aplicação Financeira	1.872.021,89	2.090.496,34
Total	**1.872.021,89**	**2.090.496,34**

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar n° 101/2000. As receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

NOTA 02 - Créditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

a) Créditos a Receber

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei n° 9.295, de 27 de maio de 1946:

> *"Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:*
> *a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;*
> *b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea "b," do artigo anterior,*
> *c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos;*
> *d) doações e legados;*
> *e) subvenções dos Governos."*

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentada em 31/12/2024, os montantes abaixo:

Quadro 2: Créditos a Receber

Descrição	2024	2023
	Ativo Circulante	
Créditos do exercício	1.022.983,37	998.780,94
Créditos de exercícios anteriores	1.777.747,58	2.149.537,83
Parcelamento débitos	437.343,21	449.358,61
(-) Perda Estimada	- 2.399.106,95	- 2.567.295,76
Total	**838.967,21**	**1.030.381,62**
	Ativo Não circulante	
Parcelamento débitos	445.846,86	348.049,03
Créditos de exercícios anteriores não executados	2.532.734,33	1.268.517,88
Dívida Ativa Executada	2.763.632,77	2.860.447,77
(-) Perda Estimada	- 5.570.281,16	- 4.316.428,96
Total	**171.932,80**	**160.585,72**

b) Ajustes para perdas créditos.

A metodologia de cálculo tem por base uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC n° 85/2012.

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

Quadro 3: Perdas Estimadas de Créditos

Descrição	**2024**	**2023**
	Ativo Circulante	
Saldo Créditos de Curto Prazo	3.238.074,16	3.597.677,38
Percentual de Inadimplência	0,77%	0,74%
Cálculo de ajuste de perdas	- 2.399.106,95	- 2.567.295,76
Créditos líquidos a receber	**838.967,21**	**1.030.381,62**
	Ativo Não circulante	
Saldo Créditos Realizáveis a Longo Prazo	5.742.213,96	4.477.014,68
Percentual de Inadimplência	0,96%	0,97%
Cálculo de ajuste de perdas	- 5.570.281,16	- 4.316.428,96
Créditos líquidos a receber	**171.932,80**	**160.585,72**

NOTA 03 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo.

Os saldos apresentados nesta nota compreendem valores a receber decorrentes de adiantamentos concedidos a funcionários, tributos e contribuições passíveis de recuperação, depósitos restituíveis e outros créditos.

Quadro 4: Demais Créditos e Valores

Descrição	**2024**	**2023**
Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros	11.520,91	3.552,04
Tributos e Contribuições a Recuperar	1.102,08	131,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.400,00	0,00
Outros Créditos e Valores a Receber	1.841,32	1.841,32
Total	**19.864,31**	**5.524,96**

a) Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros.

Refere-se aos valores adiantados a funcionários a título de férias concedidas em 28/12/2024, bem como à participação dos colaboradores no custeio do vale-alimentação e do vale-transporte, os quais serão descontados na folha de pagamento de janeiro de 2025.

b) Tributos e Contribuições a Recuperar.

Inclui valores a receber do Conselho Federal de Contabilidade referentes a repasses efetuados a maior, além de tributos federais recolhidos indevidamente, cuja restituição foi solicitada à Secretaria da Receita Federal.

c) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

Corresponde ao incentivo financeiro destinado à aquisição de equipamentos de informática, no âmbito do projeto do Conselho Federal de Contabilidade para ampliação e atualização do parque tecnológico.

d) Outros Créditos e Valores a Receber.

Refere-se aos valores a receber da empresa Vamos Parcelar, decorrentes do não repasse de valores de anuidades de profissionais.

NOTA 04 – Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo CRCRO, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis e outros.

Os bens em almoxarifado estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Quadro 5: Materiais em Almoxarifado

Descrição	2024	2023
Almoxarifado	30.820,54	26.811,95

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2024 e os ajustes necessários à sua regularização, foram realizados no sistema operacional de controle de estoques, os quais não influenciaram nos saldos das contas patrimoniais.

Ano	Execução Orçamentária Despesa	Balanço Patrimonial				Diferença entre Execução Orçamentária e o Balancete Patrimonial
		Variação Patrimonial Diminutiva	Movimentação de Estoques /Entrada	Movimentação de Estoques/ Saída	Movimentação Patrimonial	
	6.3.1.3.01 (a)	3.3.1.1.01.01.001 (b)	1.1.4.1.01.01 (c)	1.1.4.1.01.01 (d)	(e) = (b) + (c) – (d)	(a) - (e)
2024	76.750,07	67.062,77	54.590,74	50.582,15	71.071,36	5.678,71
		Almoxarifado Líquido				

Foi identificado um erro na classificação contábil durante o processo de empenho. Inicialmente, os combustíveis e lubrificantes foram registrados incorretamente como "Serviços", em vez de "Materiais de Consumo". Essa classificação equivocada decorreu de um possível erro de parametrização do sistema. Com liquidação e contabilização da despesa na dotação original, a inconsistência não foi observada a tempo para uma possível retificação no orçamento durante o exercício financeiro. Medidas serão implementadas para evitar futuros erros na execução orçamentária e financeira, como a conciliação mensal das contas envolvidas.

NOTA 05 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte.

Quadro 6: VPD Antecipada

Descrição	2024	2023
Seguros de bens móveis	2.882,22	1.685,24
Seguros de bens imóveis	4.462,51	806,72
Assinaturas periódicas	7.973,32	0,00
Total	**15.318,05**	**2.491,96**

No exercício de 2024, houve um aumento de 80% na conta de seguros de bens imóveis devido à contratação de um seguro predial em setembro. Dessa forma, o valor correspondente a nove meses será apropriado ao exercício de 2025.

NOTA 06 – Investimentos, Imobilizado e Intangível

Os bens que integram os investimentos, imobilizado e intangíveis estão assim distribuídos:

a) Imobilizado

b.1) Bens móveis e imóveis

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido contabilmente, no exercício de 2024. Os ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso) o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Por meio da Portaria nº 069/2023, foi nomeada a comissão para o levantamento de bens móveis, a qual apresentou relatório conclusivo à administração apontando em relatório específico o resultado dos bens inventariados. Os saldos das contas do Imobilizado, em 31/12/2024, são:

Quadro 7: Bens Móveis e Imóveis

DESCRIÇÃO	Saldo em 31/12/2023	Aquisições		Baixas		Ajuste ao Vr Recuperável	Saldo em 31/12/2024	Depreciação Acumulada
		Compras	Incorpora-ções	Alienação (Vendas)	Desincor-poração			
Móveis e Utensílios	399.403,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	399.403,12	-266.541,70
Máquinas e Equipamentos	155.504,93	28.150,48	0,00	0,00	9.125,00	0,00	174.530,41	-92.003,56
Instalações	21.945,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.945,00	-7.900,32
Utensílios de Copa e Cozinha	6.182,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.182,85	-4.480,72
Veículos	449.546,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	449.546,00	-188.062,45
Equip. Processamento de Dados	270.746,07	119.235,25	0,00	0,00	0,00	0,00	389.981,32	-171.761,20
Sede	1.338.464,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.338.464,82	-71.384,64
Subsede	181.739,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181.739,67	-8.308,32
Terrenos	2.767.888,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.767.888,34	0,00
Estudos e Projetos	6.500,00				0,00		6.500,00	0,00
TOTAL	**5.597.920,80**	**147.385,73**	**0,00**	**0,00**	**9.125,00**	**0,00**	**5.736.181,53**	**-810.412,91**

Entre as aquisições mais relevantes no ano, destacam-se as contas:

- **Máquinas e Equipamentos** com a aquisição de 25 (vinte e cinco) NOBREAK 700VA, 1 (um) GALAXY S24+ SM-S926B/DS 256GB 12GB RAM, 5 (cinco) Smartphone MOTOROLA/ MOTO G34 e 10 (dez) Telefone IP TIP 125i visando à melhoria do CRCRO, no valor de R$ 28.150,48, representando um aumento de 15,3% na respectiva conta.
- **Equipamento de Processamento de Dados** com a aquisição de 25 (vinte e cinco) monitores 23.8 LG Convencional FHD LED 4 USB, HDMI VGA 24BN65OU-B e 25 (vinte e cinco) Microcomputadores Lenovo Tiny I5-13500T/16GB/512GBSSD/W11, conforme a Ata de Registro de Preços nº 28/2024, Pregão Eletrônico nº 900022024, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Ata de Registro de Preços nº 10/2023, Pregão Eletrônico nº 11/2023.
- Máquinas e Equipamentos – Desincorporação pelo consumo de 25 Nobreak ATTIV 700 VA Bivolt com 6 Tomadas 120V Intelbras.

b.2) Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa CCI/CFC nº 04/2012.

Os bens adquiridos até dezembro de 2011 foram avaliados pela empresa UNISIS Administração Patrimonial LTDA e depreciados a partir de 1º de janeiro de 2011, de acordo com a vida útil do bem estabelecida no laudo de avaliação n. 2.964/2012. Com exceção da Sede e Subsede que foram reavaliados em dezembro de 2020, conforme Laudo do Eng.º Igor Nogueira CREA-PR 148326.

Os bens móveis adquiridos após esta data estão sendo depreciados com base na Instrução de Trabalho CCI/CFC nº 04/2012, conforme a seguir: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de 10 anos e valor residual de 10%; Equipamentos Processamento de Dados tempo de vida útil de 5 anos e valor residual de 10%, resultando nos saldos demonstrados no quadro aposto no item anterior.

Os bens são depreciados a partir do mês subsequente à aquisição e ou instalação, a tabela abaixo demonstra o tempo de vida útil e o valor residual de cada grupo do imobilizado:

Quadro 8: Depreciação/Amortização

Descrição	Vida útil	Valor residual
Móveis e utensílios de escritório	10 anos	10%
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10%
Instalações	10 anos	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10 anos	10%
Veículos (uso administrativo)	10 anos	10%
Veículos (uso fiscalização)	5 anos	10%
Equip. de Processamento de dados	5 anos	10%
Sist. de Proc. de Dados – Softwares (amortização)	5 anos	10%
Sede (Edifício)	65 anos	20%
Subsede/Sala/Garagens	70 anos	20%

b. Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

c.1) Amortização

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

NOTA 07 – Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta o elenco de contas segregadas de acordo com o grau de exigibilidade, observada a seguinte divisão: Pessoal a pagar e encargos trabalhistas; obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; obrigações fiscais; depósitos consignáveis; fornecedores e contas a pagar; obrigações de repartições a outros entes; empréstimos e financiamentos; provisões; e demais obrigações.

As obrigações são mensuradas e/ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

a) **Obrigações Fiscais –** Este grupo compreende os valores a pagar obrigações tributárias decorrentes das retenções legais sobre prestações de serviços. No exercício de 2024, não houve saldo registrado para essas obrigações.

Quadro 9: Obrigações Fiscais

Descrição	2024	2023
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	0,00	14,52
Total	**0,00**	**14,52**

b) **Fornecedores:** No grupo de fornecedores, estão registrados os valores devidos a credores por fornecimento de bens, materiais e prestação de serviços. No exercício de 2024, não houve saldo a pagar registrado para essa conta.

c) **Quadro 10: Fornecedores**

Descrição	2024	2023
Fornecedores	0,00	12.177,14
Total	**0,00**	**12.177,14**

Ressalta-se que os valores retidos dos fornecedores são depositados em conta vinculada específica, conforme o disposto no Anexo XII da IN MPDG n.º 05/2017. A retenção no momento do pagamento é registrada em conta de passivo e o depósito em conta específica é efetuado em rubrica do ativo.

d) **Demais Obrigações de Curto Prazo -** está evidenciado os saldos relativos a contas de telefone, energia, água e outras afins, que serão pagas no exercício subsequente.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhadas as orientações da IN/VPCI/CFC nº 03/2024.

Quadro 11: Contas a pagar/ Transferências legais e outras obrigações

Descrição	2024	2023
Transferências Legais	15.762,13	11.342,91
Outras Obrigações	13.024,38	29.077,51
Total	**28.786,51**	**40.420,42**

O saldo do grupo “Contas a Pagar crédito de terceiros” está representado por valores a pagar relativa a contas de água, energia, diárias e outras que não se caracterizam como fornecedores de material e/ou serviço.

O saldo da conta “Transferências Legais” refere-se à Cota Parte devida ao Conselho Federal de Contabilidade. O CRCRO repassa mensalmente o valor de 20% (vinte por cento) de toda a arrecadação.

No grupo de contas “Outras Obrigações” constam o saldo de “créditos não identificados”, de boletos recebidos em duplicidade, valores não identificados ou recebidos a maior, os quais estão sendo objeto de análise detalhada para correta identificação financeira.

NOTA 08 – Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante são evidenciadas também as provisões para 13º, férias e encargos e os processos judiciais com perda classificada como “praticamente certa”.

As provisões relativas aos processos judiciais com perda classificada como “provável”, são constituídas com base em estimativas confiáveis pelos prováveis valores de liquidação para os passivos.

- ✓ Provisões Trabalhistas
- ✓ Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis
- ✓ Provisão da Cota Parte

a) Provisões Trabalhistas

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, o correspondente desembolso.

As provisões trabalhistas (13º, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário, acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento:

Quadro 12: Provisões de Férias

Descrição	2024	2023
Provisão de férias	105.530,69	98.827,16
Encargos Sociais	44.497,56	10.029,70
Total	**150.028,25**	**108.856,86**

Não ocorreram alterações significativas nas provisões de férias, pois não aconteceram modificações expressivas no número de colaboradores. Ressalta-se ainda que não há férias acumuladas e vencidas, desta forma não se observa variação nos saldos comparados entre os períodos.

Quadro 13: Provisões de 13° Salário

Descrição	2024	2023
Provisão de decimo 13°	5.798,33	2.291,02
Encargos Sociais	5.763,66	12.416,23
Total	**11.561,99**	**14.707,25**

As provisões para o décimo terceiro salário e seus encargos patronais são feitas mensalmente, no valor de 1/12 avos, a partir de janeiro de cada ano. Essas provisões são baixadas quando da quitação da segunda parcela, que deve ocorrer até o dia 20 de dezembro do ano em curso, conforme a legislação trabalhista. No entanto, devido à saída de alguns empregados, ficou um saldo provisionado nesta conta. Esse saldo será compensado em janeiro de 2025, com a provisão referente a 1/12 avos do décimo terceiro salário de 2025.

b) Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes emitido pela Assessoria Jurídica, cujos processos são avaliados como “praticamente certo”, “provável”, “possível” e “remota”, podendo ser para ganho ou perda.

As situações de “praticamente certo” e “provável” estão representadas no Balanço Patrimonial e a situação “possível” está destacado nesta nota explicativa, conforme estabelecido pela NBC TG 25 (R1), aprovada pela Resolução CFC n° 1.180/09.

De acordo com o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, uma contingência passiva é a possível obrigação presente, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle da entidade.

Ressalta-se que os processos contingentes cuja avaliação do grau de perda foi classificada como "possível" e "remota" não são reconhecidos contabilmente.

De acordo com o relatório enviado pela assessoria jurídica, segue demonstrativo com os valores correspondentes a quantidade e classificação das contingências trabalhistas e cíveis:

Quadro 14: Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Descrição	**2024**		**2023**	
Processos cíveis				
Classificação	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Provável	4	20.000,00	8	46.045,45
Praticamente certo	2	4.000,00	0	0,00
Soma	**6**	**24.000,00**	**8**	**46.045,45**

Também há uma ação civil inicialmente registrada no valor de R$ 18.539,00. Contudo, o CRCRO foi condenado apenas a cumprir obrigações, sem a imposição de pagamento de indenizações. Diante disso, o valor foi baixado do balanço patrimonial. O processo segue em fase de recurso.

c) Provisão da Cota Parte

Constitui cota parte valor correspondente a 20% sobre os créditos a receber líquidos de curto e longo prazo conforme orientação do Pronunciamento nº 85/12 da Vice-presidência de Controle Interno do CFC.

Quadro 15: Cota Parte

Descrição	**Créditos Líquidos**	**Cálculo Provisão da Cota Parte**
Créditos a Receber - CP	838.967,21	167.793,44
Créditos a Receber - LP	171.932,80	34.386,56
Total da Carteira	**1.010.900,01**	**202.180,00**

NOTA 09 – Empréstimos

O empréstimo obtido com o Conselho Federal de Contabilidade teve a finalidade de construção, ampliação e/ou modernização da nossa sede e está contabilizado pelo valor original e os juros também foram evidenciados em contas distintas de acordo com o contrato.

Os registros contábeis referentes ao empréstimo obtido com Conselho Federal de Contabilidade, com saldos atualizados em 31/12/2024, são:

Quadro 16: Empréstimos

Curto Prazo		
Descrição	**2024**	**2023**
Empréstimo Principal	68.051,30	68.051,30
Juros sobre empréstimos	21.424,80	32.252,15
(-) Encargos financeiros a apropriar	-27.005,00	-27.005,00
Subtotal curto prazo	**62.471,10**	**73.298,45**

Longo Prazo

Descrição	2024	2023
Empréstimo Principal	204.153,90	272.205,20
Juros sobre empréstimos	135.711,75	135.711,75
(-) Encargos financeiros a apropriar	-31.700,63	-31.700,63
Subtotal longo prazo	**308.165,02**	**376.216,32**

Total do Empréstimo		
Descrição	**2024**	**2023**
Principal (CP + LP)	272.205,20	340.256,50
Juros (CP + LP)	157.136,55	167.963,90
Encargos Financeiros a Apropriar (CP + LP)	-58.705,63	-58.705,63
TOTAL GERAL	**370.636,12**	**449.514,77**

NOTA 10 – Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente.

Quadro 17: Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	2024	2023
Ajuste de Exercícios Anteriores	224,52	-6.264,00
Resultado do Exercício	-235.221,57	-44.651,23
Resultados Acumulados Exercícios Anteriores	7.346.153,36	7.397.068,59
Total	**7.111.156,31**	**7.346.153,36**

São considerados na conta de "Ajustes de Exercícios Anteriores" os lançamentos de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis. Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2024 foram evidenciados os valores que pertenceram a exercícios anteriores, assim distribuídos:

Quadro 18: Ajuste de Exercício Anteriores

Data	Descrição	Valor
31/12/2024	Baixa de fornecedor não pago em 2024	224,52
Total		**224,52**

NOTA 11 – Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n° 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC. No exercício de 2024 foi apurado um superávit financeiro no valor de R$ 1.716.827,50, decorrente principalmente de resultados de exercícios anteriores.

Quadro 19: Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	2024	2023
Ativo Financeiro	1.907.204,25	2.098.513,26
(-) Passivo Financeiro	-190.376,75	-176.176,19

Superávit	**1.716.827,50**	**1.922.337,07**

Metodologia de cálculo:

Ativo Financeiro	**2024**	**2023**
Ativo circulante	2.776.992,00	3.155.706,83
(-) créditos de curto prazo	-838.967,21	-1.030.381,62
(-) estoques	-30.820,54	-26.811,95
(=) Valor do Ativo Financeiro	1.907.204,25	2.098.513,26

Passivo Financeiro	**2024**	**2023**
Passivo circulante	479.027,85	533.713,56
(-) Provisão p riscos trabalhistas e cíveis	-24.000,00	-46.045,45
(-) Provisão de cota-parte	-202.180,00	-238.193,47
(-) Empréstimos	-62.471,10	-73.298,45
(=) Valor do Passivo Financeiro	190.376,75	176.176,19
Superávit Financeiro	**1.716.827,50**	**1.922.337,07**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

NOTA 12 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Esta demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o resultado apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

Quadro 20: Resultado Patrimonial

Resultado Patrimonial	**2024**	**2023**
Variações Patrimoniais Aumentativas	6.251.275,77	9.355.930,94
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	6.486.497,34	-9.400.582,17
Superávit	**-235.221,57**	**-44.651,23**

Quadro 21: Confronto do Resultado Patrimonial

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	**2024**	**2023**
Ativo Financeiro	1.907.204,25	2.098.513,26
Ativo Permanente	5.991.144,93	6.157.569,98
ATIVO (I)	**7.898.348,18**	**8.256.083,24**
Passivo Financeiro	190.376,75	176.176,19
Passivo permanente	596.816,12	733.753,69
PASSIVO (II)	**787.192,87**	**909.929,88**
Saldo patrimonial acumulado (I-II)	**7.111.156,31**	**7.346.153,36**

BALANÇO FINANCEIRO - BF

NOTA 13– Balanço Financeiro

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

Quadro 22: Saldo disponível em Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	2024	2023
Saldo Disponível do Exercício Anterior	2.090.496,34	2.362.202,26
Saldo Disponível para o Exercício Seguinte	1.872.021,89	2.090.496,34

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 14 – Balanço Orçamentário

A Proposta Orçamentária do CRCRO para o exercício de 2024 foi aprovada por meio da Resolução nº 352/2024, publicada no Diário Oficial da União, em 30 de novembro de 2023 no valor de R$ 3.250.438,00 e foi suplementado por meio de superávit financeiro no valor de R$ 1.588.018,22, de acordo com a legislação vigente e aprovado por meio da Resolução nº 353/2024, publicada no Diário Oficial da União, em 05 de maio de 2024.

No balanço orçamentário, estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um déficit orçamentário de R$ 239.776,41.

Quadro 23: Resultado Orçamentário

Resultado Orçamentário	2024	2023
Receitas (corrente + capital)	3.052.252,80	3.397.376,52
Despesas (corrente + capital)	3.292.029,21	3.690.965,06
Déficit	**-239.776,41**	**-293.588,54**

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (RPP)

O Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados apresenta os valores de obrigações empenhadas e liquidadas, mas não pagas dentro do Exercício Financeiro, bem como as obrigações inscritas em exercícios anteriores e pagas ou canceladas no exercício corrente. Em 2024, as inscrições em restos a pagar processados totalizaram R$ R$ 15.762,12 (Quinze mil, setecentos e sessenta e dois reais e treze centavos).

Quadro 24: Resultado Orçamentário

Restos a pagar processados	Ne	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		em exercícios anteriores	em 31/12/2024			
Restos a Pagar processado - Corrente		23.520,05	15.762,13	11.952,62	11.567,43	15.762,13

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

NOTA 15 – Demonstração do Fluxo de Caixa

O demonstrativo evidencia as movimentações ocorridas no Caixa e seus equivalentes, segregando as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

- O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, os desembolsos relacionados com as atividades operacionais e outras que não se qualificam como de investimento ou financiamento.
- O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como, recebimentos por liquidação de adiantamentos. No CFC, inclui ainda a concessão e amortização de empréstimos e outras operações da mesma natureza.
- O fluxo de caixa dos financiamentos inclui à captação de recursos relacionados a empréstimos obtidos junto ao CFC, bem como, a amortização desses empréstimos.

A geração líquida de caixa está demonstrada pela soma dos fluxos acima mencionados e o resultado do período, somado ao saldo do exercício anterior, evidencia o saldo do caixa e equivalente de caixa demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 25: Geração de Caixa e Equivalente de Caixa

Geração de Caixa e Equivalente de Caixa do período	**2024**	**2023**
Fluxo de Caixa das Operações	(24.339,38)	253.567,68
Fluxo de Caixa dos Investimentos	(147.385,73)	(457.222,30)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos	(68.051,30)	(68.051,30)
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	**-218.474,45**	**-271.705,92**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NOTA 16 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período. O CRCRO registrou uma redução de 3,20% em seu Patrimônio Líquido em comparação a 2023.

Quadro 26: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DESCRIÇÃO	**NE**	**Patrimônio líquido**	
		2024	**2023**
Saldo Inicial do Exercício		**7.346.153,36**	**7.397.068,59**
Ajustes de Exercício Anterior		224,52	-6.264,00
Resultado do Exercício		-235.221,57	-44.651,23
Saldo Final do Exercício		**7.111.156,31**	**7.346.153,36**

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2025.

JAIR GENOR BEVILAQUA

Assinado de forma digital por JAIR GENOR BEVILAQUA
Dados: 2025.06.06 09:34:42 -04'00'

Contador **Jair Genor Bevilaqua**
Presidente do CRCRO

gov.br

Documento assinado digitalmente
SILVANO SABINO DE SOUZA
Data: 04/06/2025 17:35:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Contador **Silvano Sabino de Souza**
CRC nº RO – 010515/O-8